

# INCLUSÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE: UM DISPOSITIVO DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

## *CURRENT SCHOOL INCLUSION: A NEOLIBERAL GOVERNAMENTABILITY DEVICE*

Kamila LOCKMANN<sup>1</sup>  
Paula Corrêa HENNING<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo põe-se a discutir sobre a inclusão escolar, como uma produtiva ferramenta da governamentalidade neoliberal. Para isso, produz-se tal estudo a partir das contribuições de Michel Foucault sobre governamentalidade e estratégias biopolíticas. Problematisa-se acerca da inclusão escolar como um importante dispositivo de gerenciamento e prevenção do risco social. Constituindo uma rede que engloba elementos heterogêneos, ele articula diferentes saberes, instituições e uma variedade de leis, além de enunciados científicos e organizações arquitetônicas. É pensando nessa rede que a inclusão coloca em funcionamento o dispositivo da governamentalidade. Anuncia-se, então, uma nova forma de governar a população, que transforma a conduta dos indivíduos em objeto da sua ação governamental. Atualmente, nota-se a presença de uma racionalidade política neoliberal, que cria diferentes mecanismos para governar a população. Ao mesmo tempo em que se percebe a existência de políticas de proteção social, também se visualizam algumas iniciativas que pretendem produzir sujeitos autogovernados, que sejam capazes de manter a si mesmos e de prover os recursos de que necessitam. Sendo assim, a inclusão escolar vem se constituindo, no interior dessa rede, que tem o intuito de governar a vida da população, naquilo que ela produz em termos de fenômenos coletivos.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Michel Foucault.

### ABSTRACT

*In this paper we intend to discuss school inclusion as a productive tool of neoliberal governability. To do this we based our study on the contributions of Michel Foucault about governmentability and*

---

<sup>1</sup> Doutoranda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Nova Hamburgo, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Professora Adjunta, Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Educação. Av. Itália, s/n., Km 8, Campus Carreiros, Carreiros, 96201-900, Rio Grande, RS, Brasil. Correspondência para/Correspondece to: P.C.HENNING. E-mail: <paula.henning@ig.com.br>.

*biopolitical strategies. We problematize school inclusion as an important device of social risk management and prevention. By constituting a network that embodies heterogeneous elements, it articulates different knowledge, institutions and a variety of rules, besides scientific proclamations and architectonic organizations. By thinking about this network, inclusion makes the governmentability device work. A new way of governing the citizens is then announced, which transforms the behavior of the individuals into an object of governmental action. The presence of a neoliberal political rationality that creates different mechanisms to rule the citizens has been perceived. At the same time as the existence of policies of social protection are observed, we can also see some initiatives that intend to produce self-governed individuals, able to maintain themselves and to provide the required resources. As it is, school inclusion has been building itself inside this network which has the purpose of governing the citizen's life in what it produces in terms of collective phenomena.*

**Keywords:** Education. Inclusion. Michel Foucault.

## INTRODUÇÃO

Há sempre um número demasiado deles. "Eles" são os sujeitos dos quais devia haver menos - ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. "Nós" são pessoas das quais devia haver mais (Bauman, 2005, p.47).

Incluir. Aproximar. Conhecer. Classificar. Diferenciar. Normalizar. Gerenciar. Prevenir. Intervir. Governar. Tais operações estão em consonância com aquilo a que nos propomos pensar e problematizar no desenvolvimento deste artigo. Pretendemos compartilhar com o leitor deste texto a possibilidade, talvez um tanto ousada, de entender as práticas de in/exclusão desenvolvidas na sociedade contemporânea, como um dispositivo da governamentalidade (neo)liberal<sup>3</sup>. Isso pressupõe nos afastarmos dos discursos hegemônicos que circulam no campo da educação e provocar algumas rupturas

na forma de pensar e compreender a Inclusão Escolar na atualidade.

Eles - os outros, os indesejáveis, os perigosos, os inadequados, os diferentes, os deficientes, os anormais. Nós - os mesmos, os desejáveis, os adequados, os iguais, os normais. Posições, classificações e invenções de um mundo habitado por um desejo incessante de ordem. A Modernidade foi um tempo marcado por um desejo de ordenação e organização. Através dos conhecimentos científicos que produziu, tentou explicar e categorizar as coisas, os fenômenos e também as pessoas. Esses conhecimentos criaram categorias e subcategorias, cada vez mais minuciosas e detalhadas, que permitiram colocar em operação um exercício de classificação e enquadramento de tudo aquilo que escapa da ordem, do natural, da pureza, da perfeição, enfim, do ideal moderno. Essas incansáveis descrições, que marcam toda e qualquer forma de desvio, funcionam não com o intuito de excluir, segregar ou aniquilar, mas de incluir, conhecer e governar. A partir disso, pode-se afirmar que a inclusão possibilitou um

<sup>3</sup> A expressão (neo) liberal é utilizada aqui para propor uma relação existente entre práticas liberais e práticas neoliberais de governo. Não podemos pensá-las separadamente, como se no contexto atual as práticas desenvolvidas no governo da população estivessem ancoradas exclusivamente sobre o que denominou de Neoliberalismo (mesmo que se considerem suas versões americana e alemã).

exercício de aproximação e conhecimento daqueles sujeitos, que anteriormente eram afastados, segregados ou excluídos do convívio social. Ao aproximar esses sujeitos que até então permaneciam do outro lado da fronteira, ao incluí-los na sociedade e nos processos de escolarização, está-se fazendo um exercício de torná-los observáveis, explicáveis e governáveis.

Apesar de ter-se modificado o slogan - de um tempo em que tínhamos escolas especiais para o atendimento dos anormais e de um tempo (o atual) em que se levanta a bandeira da inclusão - ainda percebe-se uma busca desenfreada pela normalização e pelo apagamento das diferenças que são ainda tão perturbadoras ao sonho moderno. Mesmo com discursos como “respeito à diferença” há ainda uma tentativa de fazer tudo caber na mesma ordem. Esse é um novo momento histórico que traz também o controle social, a defesa da sociedade de que trata Foucault (2001). Estabelece-se o controle, na atualidade, não da mesma forma que outrora o fizemos, através das Escolas Especiais, por exemplo, ou então, para lembrar Foucault (2002), através dos Manicômios, das Prisões ou dos Hospitais; mas estabelece-se o controle social, aqui especialmente o controle da normalidade, através de mecanismos mais abertos, mais fluidos, como a reintegração social.

Partindo de tais entendimentos é que se acredita ser possível compreender a inclusão escolar como um dispositivo da governamentalidade. Isso significa estudar o contexto atual em que tais práticas se desenvolvem e perceber as diferentes estratégias que operam com o intuito de incluir, conhecer e gerenciar a vida de todos e de cada um. Pensamos que a inclusão escolar possa ser pensada como um dispositivo da governamentalidade, porque ela articula um conjunto de discursos vinculados a campos de saber distintos, os quais justificam a criação de leis, regulamentos e medidas administrativas que são executadas por diferentes instituições. Um dispositivo, segundo Foucault (1979, p.244), constitui-se em

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos,

instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

## A INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar como um dispositivo da governamentalidade também constitui uma rede que engloba elementos heterogêneos. Pode-se dizer que ela articula primeiro diferentes saberes - médicos, psicológicos, pedagógicos, morais, políticos etc.; - segundo, diferentes instituições - escolas, clínicas, postos de saúde, casas de recuperação dos mais variados tipos, para drogados, para meninos de rua, para crianças sob ameaça de risco social, para menores infratores etc.; - terceiro, uma variedade de leis - educacionais, trabalhistas, sociais etc.; - além de enunciados científicos e organizações arquitetônicas. É pensando nessa rede que a inclusão mobiliza que é possível entendê-la como um dispositivo da governamentalidade (Foucault, 2008a, p. 143).

A inclusão escolar e os discursos que circulam atualmente sob o rótulo de uma “educação para todos” constituem essa rede, que desenvolve uma série de saberes sobre esses sujeitos, sobre suas anomalias, sobre suas formas de viver e de se conduzir no mundo.

Cabe analisar o quanto os discursos das Ciências Humanas, através dos saberes específicos que consolidam e legitimam (relativos à aprendizagem, ao ensino, às práticas de Inclusão) funcionam como estratégias que, sustentadas pelo prestígio da Ciência, colocam a inclusão no lugar do verdadeiro, invisibilizando e calando um conjunto importante de questões que mereceriam ser problematizadas. De modo exemplar, pode-se referir aqui ao modo como certa humanidade (direitos humanos, pessoa

humana, práticas humanizadoras) é tratada em termos universais, como se o humano não fosse ele próprio o resultado de um modo de disposição e experiência da cultura, sempre contingente, relativo, datado, localizado, enfim, produzido.

Em nome da ciência, os discursos inclusivos são professados e justificados como a saída para a consecução de uma sociedade mais justa, humana e melhor. Continuam aqui predominando os valores fundamentalmente modernos que pretendem o progresso garantido pela ordem social. Assim, em nome da ciência são feitas sem desconfiança as políticas públicas, as legislações educacionais, os processos didáticos e metodológicos.

Tal discurso de uma “educação para todos” somente tornou-se possível pela constituição de alguns saberes, vale lembrar que não se fala aqui de qualquer saber, mas aqueles produzidos pelo crivo legítimo da ciência. Colocando os sujeitos em um constante processo de comparabilidade, tais saberes estabeleceram semelhanças e diferenças, aproximando alguns ou afastando outros da média considerada normal, enfim, posicionando alguns como normais e outros como anormais. Todo esse processo somente se torna possível a partir da noção de norma desenvolvida por Foucault. A norma pode ser entendida como

[...] um princípio de comparação, de comparabilidade, uma medida comum que se institui na pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo, sem exterioridade, sem verticalidade (Ewald, 2000, p.86).

Para a norma, não existe exterioridade, nada escapa ao seu abrigo, ela captura a todos. Não há determinados sujeitos que se encontram fora do abrigo da norma e outros que estão no seu interior. Todos os sujeitos, sejam eles normais ou anormais estão na norma, são capturados por ela e, por meio dos saberes produzidos, são classificados, ordenados, comparados e

distribuídos. Em outras palavras, a norma “permite tirar da exterioridade selvagem os perigosos, os desconhecidos, os bizarros - capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis” (Veiga-Neto, 2001, p.115).

A norma funciona de formas diferentes nos dispositivos disciplinares e nos dispositivos de segurança Foucault (2008a). No primeiro caso, há uma ênfase nos processos de normatização, ou seja, primeiramente se define a norma e depois se enquadram os sujeitos como normais - aqueles que são capazes de ajustar-se ao modelo considerado aceitável; - ou anormais - aqueles que não se ajustam ao modelo, sendo entendidos como um desvio de normalidade. Portanto, primeiro cria-se a norma para, posteriormente, observá-los e classificá-los como normais ou anormais.

Já nos dispositivos de segurança, a norma é criada a partir das variações do próprio grupo de indivíduos que ela observa, classifica e normaliza. Ela é uma invenção construída a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos, entre suas formas de aprender, de se comportar e de se desenvolver. A partir de tais observações é que se determina a norma para, posteriormente, intervir sobre os sujeitos, submetendo-os a processos de normalização. Aqui a ênfase está na normalização. Portanto, primeiro se observa, depois se cria a norma e, por fim, se intervém para normalizar.

Nesse caso, é possível notar variações da norma, ou seja, ela não é mais única, fixa e estável. Ela está sujeita a uma série de alterações e modificações, que não decorrem de um efeito externo, mas das transformações do próprio grupo. Ela captura a todos, produz saberes sobre esses sujeitos com o intuito de torná-los passíveis da ação governamental, ou seja, de constituí-los como uma população governável.

Sabe-se, a partir das contribuições foucaultianas, que a emergência do conceito de população foi a condição de possibilidade para o desbloqueio das artes de governar. A noção de população já existia antes do século XVII, porém estava relacionada com o território, com a sua

ocupação, com o ato de povoar um território como uma forma de protegê-lo, para que não fosse tomado. Portanto, o conceito de população, tal como se conhece, como um conjunto de indivíduos que produzem processos que são próprios da vida em sua coletividade, esse conceito surge no início do século XVIII e propicia o desbloqueio das artes de governar.

Em seu curso “Segurança, Território e População”, Foucault (2008) discute minuciosamente sobre uma série de acontecimentos, desde a Idade Média até o século XVII, que mantinham as artes de governar bloqueadas. Basicamente duas limitações foram principais para que o bloqueio permanecesse: “a gente da casa e o pai de família, de um lado; o Estado e o soberano, do outro” dessa forma, “a arte de governar não podia encontrar sua dimensão própria” (Foucault, 2008b, p.137).

No início do século XVIII, com a formação dos estados, as artes de governar começaram a ser pensadas e executadas fora do marco jurídico da soberania. Assim, o problema da população foi central para o desbloqueio das artes de governar. Isso se deu basicamente por três fatores: primeiro, a população permitiu eliminar a família como modelo da economia e constituiu-a como instrumento de governo. De acordo com Foucault, um instrumento “simplesmente privilegiado, porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar.” (Foucault, 2008a, p.139). Segundo, a população constituirá objetivo final do governo, simplesmente porque se governará para “melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde” (Foucault, 2008b, p.140); e o último fator está relacionado ao nascimento da economia política, ou seja, à constituição de uma ciência que desenvolve saberes sobre os processos de uma população, para poder governá-la de forma racional e planejada. Eis, portanto, o desbloqueio das artes de governar.

Com a entrada da população no âmbito da política, uma série de práticas de governo começa a se exercer com o intuito de gerenciar a vida dessa população. Para isso, é necessário que essa população se torne um conjunto regular de ações previstas e de riscos calculados, organizando, enfim, um conjunto de práticas que se disseminam pela sociedade e que têm por objetivo governar a população. Sendo assim, a inclusão aproxima os sujeitos da sociedade para constituí-los como uma população que tem suas regularidades, seus riscos próprios, suas ameaças, mas que, estando perto e sendo conhecida, pode ser controlada e governada.

A partir daí é que será possível afirmar que a inclusão pode ser pensada como um dispositivo da governamentalidade, que desenvolve diferentes estratégias para governar a população. Nikolas Rose destaca duas características importantes para que se possa governar uma população com êxito.

Em primeiro lugar, o governo depende do conhecimento. Para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis [...] Em segundo lugar, governar a população exige conhecimento de um tipo diferente. Para se fazer cálculos sobre uma população é necessário enfatizar certos traços daquela população (Rose, 1999, p.36).

Isso somente foi possível a partir do aparecimento da estatística, um dos fatores técnicos principais para o desbloqueio anteriormente mencionado. A estatística é esse conhecimento de um tipo diferente, como menciona Rose, pois ela possibilita calcular os riscos e os acidentes a que está submetida uma população; ela levanta um aporte de informações sobre a população: sobre sua saúde, sobre suas doenças, sobre sua probabilidade de vida ou de

morte. A estatística passa a ser um instrumento privilegiado do governo, pois a partir desse saber realizam-se dois exercícios distintos, mas relacionados entre si. Tem-se

[...] por um lado, a tabela ou o quadro estatístico que verifica a regularidade de certos acontecimentos; por outro, o cálculo de probabilidades aplicado à estatística, que permite avaliar as hipóteses de ocorrências dos mesmos acontecimentos (Ewald, 2000, p.89).

Então, há duas estratégias extremamente importantes. A primeira levanta informações sobre alguns fenômenos que acometem a população, tentando descobrir como acontecem, por que acontecem, em que condições ou em que locais são mais frequentes, enfim, qual a sua regularidade. A segunda cruza essas informações e procura construir um cálculo de probabilidades sobre a recorrência desses fenômenos. Permite, portanto, calcular riscos. Calculando riscos, pode-se intervir mediante diferentes estratégias que têm o propósito de impedir que tais fenômenos aconteçam, ou, pelo menos, de reduzir a sua recorrência. A essas estratégias que se preocupam em gerenciar e potencializar a vida de uma população, Foucault chamou de estratégias biopolíticas.

A biopolítica é uma tecnologia que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade. Esses mecanismos vão tratar, sobretudo, “de previsões, de estatísticas, de medições globais; [...] de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global” (Foucault, 1999, p.293).

No campo da educação, pode-se observar a quantidade de cálculos produzidos anualmente e como se constituem em estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco social. Existem cálculos que informam quantas crianças foram reprovadas no último ano em uma determinada

escola ou cidade; cálculos que traduzem quantos alunos são desnutridos, ou passam por dificuldades financeiras; quantos estão sob ameaça de agressão ou violência; quantos são usuários de drogas; quantos têm alguma necessidade especial; ou, ainda, quantos alunos evadiram da escola antes de terminarem o Ensino Fundamental. A partir dessa amostra, produzem-se, ainda, quadros comparativos que cruzam as primeiras informações com dados mais específicos, tais como: quantos desses alunos são do sexo masculino e quantos são do sexo feminino; quantos têm acima de doze anos; quantos têm abaixo, quantos são filhos de pais separados; quantos são filhos de mães solteiras; entre tantos outros levantamentos que são produzidos anualmente pelas estatísticas nacionais.

## ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A partir do cruzamento dos dados, diferentes estratégias são desenvolvidas para monitorar a vida desses sujeitos, possibilitando que determinadas populações sejam consideradas de risco. Vários mecanismos e diferentes instituições são acionados para gerenciar a vida desses sujeitos. Criam-se estratégias para manter o aluno na escola: o Programa “Bolsa-Escola”, por exemplo; estabelecem-se parcerias entre diferentes instituições: escola, conselho tutelar, posto de saúde, instituições de recuperação etc.; e também entre diferentes profissionais: pedagogos, psicólogos, médicos, assistentes sociais, entre outros. Há, na atualidade, várias estratégias que possibilitam observar a articulação entre essas diferentes instituições e também entre os diferentes profissionais. Eis alguns exemplos: 1) para que o aluno consiga efetuar a matrícula em uma escola da rede pública, é necessário que o responsável apresente a carteirinha de vacinação atualizada; 2) os pais que recebem Bolsa-Escola e têm filhos menores de cinco anos, devem comparecer semestralmente ao posto de saúde para realizar a pesagem dessas crianças. Se o número de

famílias esperadas não comparecer para a pesagem, o município deixa de receber a verba do Programa Bolsa-Escola e, consequentemente, as famílias perdem o benefício; 3) o diretor da escola precisa entregar, uma vez por mês, o levantamento da frequência escolar dos alunos que recebem Bolsa-Escola; se algum deles tiver uma alta porcentagem de faltas, perde o benefício; 4) a escola deve controlar o número de faltas de todos os alunos e comunicar imediatamente o conselho tutelar se esse número estiver elevado; 5) se a escola perceber algum sintoma de violência para com a criança, deve comunicar o conselho tutelar, e esse acompanhará a família por intermédio de um assistente social. Tais estratégias descritas até aqui, são, pode-se dizer, estratégias de governo que possibilitam acompanhar cada caso, cada família, cada instituição que é apontada pela estatística como uma probabilidade de produzir o indesejável para a vida em sociedade.

A partir dessas informações, verifica-se, principalmente no Brasil, a proliferação de políticas de assistência e proteção social, principalmente para as camadas da população que não conseguem gerenciar suas vidas ou prevenir os riscos da sua própria existência. É sabido que grande parte da população brasileira fica à margem das políticas de previdência, sendo necessária, dessa forma, a criação de projetos que assistam essa parcela da população pelo menos até que consiga reverter o quadro desfavorável em que se encontra atualmente. Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Vale-Gás, Fome Zero, Salário-Desemprego, Pró-Jovem, Bolsa para egressos da Fase<sup>4</sup>, Vale-Cultura<sup>5</sup> e a inacreditável Bolsa-Mendigo (ainda em estudo e

discussão) são exemplos de estratégias e programas sociais que objetivam auxiliar a população carente a garantir as necessidades básicas. Aliás, não apenas para a sua sobrevivência, mas também para a sua vida como um todo, isso inclui alimentação, escolarização e diversão. “Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde pressupõe estar fazendo investimentos para que a situação presente de pobreza [...] se modifique a curto e médio prazos” (Lopes, 2009, p.17). Ou seja, espera-se que tais políticas sociais sejam provisórias, que dentro de um determinado tempo esses sujeitos sejam capazes de prover seu sustento e assegurar seus próprios riscos. Esse conjunto de políticas de proteção social, assistência e até mesmo de previdência não está fora da racionalidade política atual, ou seja, não é contrário àquilo que vem sendo denominado governamentalidade neoliberal. É certo que todos esses programas geram custos bastante altos para o Estado e é

[...] por isso que os discursos neoliberais insistem em afirmar que o Estado deve se ocupar só com algumas atividades “essenciais”, como a Educação e a Saúde; e, assim mesmo, encarregando-se de, no máximo, regulá-las ou provê-las (nesse caso, aos estratos sociais comprovadamente carentes) (Veiga-Neto, 2000, p.198).

A criação de estratégias diferenciadas para governar a população vincula-se a formas de racionalidades políticas diferenciadas. Atualmente, podemos notar a presença de uma racionalidade política neoliberal, que cria diferentes mecanismos para governar a

<sup>4</sup> Divulgada pela reportagem da Zero Hora, em 10 de junho de 2009, a Bolsa para egressos da Fase (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul) é apresentada como a bolsa para recuperar jovens infratores. A reportagem salienta que 35 jovens já estão sendo beneficiados com meio salário mínimo (em torno de R\$250), e que a meta do programa RS Socioeducativo é atender a 240 jovens a cada ano. Além de salário e educação, os jovens recebem apoio psicológico ao sair da Fase.

<sup>5</sup> O vale-cultura é um benefício proposto pelo governo federal para ampliar o acesso da população às opções culturais. Nas palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva - que assinou o Projeto de Lei que cria o Vale-Cultura, no dia 23 de julho de 2009 - “o vale cultura visa criar possibilidades para que as pessoas mais pobres tenham acesso à cultura, possam comprar livros, possam comprar DVDs, ir ao teatro ao Cinema, etc.”. Ainda em seu discurso no lançamento do Vale-Cultura, Lula destaca que “o pobre que não tem para onde ir, vai para o bar da periferia [...] e aí contribui para a violência, contribui para um monte de coisas que todos nós sabemos”. Esse destaque do presidente nos mostra o quando esse benefício funciona como mais um instrumento, entre tantos outros, de gerenciamento do risco social.

população. Ao mesmo tempo em que percebe-se a existência de políticas de proteção social, também visualiza-se algumas iniciativas que pretendem produzir sujeitos autogovernados, que sejam capazes de manter a si mesmos e de prover os recursos de que necessitam. Essas duas estratégias não são opostas. Prover provisoriamente o sustento, a educação, ou a saúde de determinada esfera social é parte integrante do jogo de produção de sujeitos autogovernados. Espera-se que esses sujeitos, com o auxílio do governo, possam reverter sua posição e, posteriormente, tornarem-se independentes dos benefícios hoje recebidos.

O que percebe-se em tudo isso é a clara operação de uma tecnologia de defesa social associada a um processo crescente de individualização. Apesar de todas as remessas do projeto de inclusão à consolidação de uma igualdade humana dada *a priori*, percebe-se, ainda, os traços de uma política que tem cada vez menos em seu bojo a busca por uma sociedade justa nos parâmetros do bem comum e da responsabilização do Estado. Cada vez mais predomina o apelo pela garantia das liberdades individuais atreladas a um argumento universalizante de igualdade humana de direitos e um encolhimento progressivo do Estado à mera função de garantidor e gerente das liberdades individuais.

[...] As únicas duas coisas úteis que se espera e se deseja do “poder público” são que ele observe os “direitos humanos”, isto é, que permita que cada um siga seu próprio caminho, e que permita que todos o façam “em paz” - protegendo a segurança de seus corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais

nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, perversos, pedintes e todo tipo de estranhos contrangedores e maus (Bauman, 2001, p.45).

Essa tecnologia não é tão somente um mecanismo de controle pela produção de regularidades, há também muitos ganhos sociais com isso: possibilita-se condições de uma melhoria na qualidade educativa, um aumento da empregabilidade dos *diferentes* oriundo da escolarização, desenvolvimento de saberes escolares específicos e uma maior e desejável sociabilidade.

Nosso interesse não é fazer a defesa ou acusação de uma política pública já consolidada no campo da Educação. O que se quer evidenciar é o fato de que essa *nova* ordem discursiva produz ao mesmo tempo efeitos diversos. Se por um lado, o funcionamento de tais discursos torna possível o desenvolvimento de políticas sociais inclusivas de importância na cena social contemporânea, por outro, reafirma e, com isso, de algum modo, fortalece a individualização que marca os modos de organização política da sociedade neoliberal.

No que se refere aos portadores de necessidades especiais, percebe-se o desenvolvimento paradoxal dessas estratégias. Talvez observando-as rapidamente, elas possam ser entendidas como proteções sociais, pois oferecem a esses sujeitos oportunidades de emprego ou facilitam a aquisição de alguns bens. Porém, analisando com mais atenção, é possível notar que tais estratégias têm a intenção de constituí-los como sujeitos autogovernados, que tenham a possibilidade de gerenciar suas vidas, trabalhando e consumindo como os demais<sup>6</sup>. Se, por um lado, podem ser

<sup>6</sup> Exemplos de duas dessas estratégias: A primeira delas corresponde às Leis nº. 7.853/89 e 8.213/91, art. 93, e os Decretos nº. 3.298/99 e 5.296/04 que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, no qual a empresa com até duzentos empregados deve preencher 2% de seus cargos com portadores de deficiência (ou reabilitados pela Previdência Social); de 201 a 500 empregados, 3%; de 501 a 1000, 4%; e mais de mil empregados, 5%. Para efeito das referidas normas, as empresas devem contratar pessoas portadoras de deficiência física, auditiva, visual ou mental. O objetivo é sua inclusão no mercado de trabalho. O segundo exemplo refere-se à isenção de impostos como IPI- Imposto Sobre Produtos Industrializados, IOF- Imposto Sobre Operações Financeiras, ICMS- Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e IPVA- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores para aquisição de carros novos por deficientes físicos. Tais informações podem ser obtidas nos documentos: Lei 8.989, de 24/02/95, modificada pela Lei 10.754, de 31/10/2003; Lei 8.383, de 30/12/1991, e Decreto 2.219 de 02/05/1997; Decreto 14.876, de 12/03/1991; Lei 10.849, de 28/12/1992, modificada pela Lei 12.513, de 29/12/2003.

consideradas uma conquista, oportunizando trabalho e diminuindo preconceitos; por outro lado, elas foram pensadas e construídas no interior de uma política neoliberal que mantém todos os sujeitos no jogo e pretende torná-los produtivos e úteis para a sociedade atual; mais ainda, pretende constituí-los como empresários de si mesmos. “Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos.” (Foucault, 2008a, p.198).

Eis o sujeito do neoliberalismo, um sujeito responsável por si mesmo, que consiga assegurar-se dos riscos a que todos estamos submetidos, que tenha recursos para prover suas necessidades, que trabalhe, que consuma, enfim, que governe a si próprio. No neoliberalismo, o Estado não intervém diretamente na regulação da economia ou na vida da população. Ele se dissemina pelo tecido social e passa a governar a população a partir de uma série de instituições e estratégias que atuam em diferentes esferas da sociedade. Portanto, não é um governo estatal que age diretamente sobre a população, mas práticas de governo que se disseminam pelo tecido social.

## CONCLUSÃO

Como se viu, tais intencionalidades passam a existir a partir de um deslocamento, de uma mudança de ênfase nas artes de governar até então efetivadas. Passa-se de uma preocupação com o território e com o corpo do indivíduo para uma preocupação com a população, com um conjunto de seres vivos que tem regularidades, mas que também produz riscos a partir do fenômeno da vida na coletividade. Efetiva-se então uma nova forma de governar a população, que transforma a conduta dos indivíduos em objeto da sua ação governamental. Essa forma de governo sustenta-se a partir de uma nova racionalidade política, econômica,

social e cultural, que Foucault denominou governamentalidade. A governamentalidade pode ser entendida como uma racionalidade de governo, a qual utiliza diferentes estratégias de poder para conduzir as condutas de si e dos outros. Ou seja, uma forma de pensar e tornar racional a ação governamental, em um determinado tempo e em uma determinada sociedade.

Portanto, entender a inclusão como um dispositivo da governamentalidade neoliberal é perceber a correlação entre uma série de instituições, de procedimentos, de cálculos e de saberes que permitem desenvolver práticas de governo que apresentam uma intencionalidade política de organização da vida em sociedade. Sendo assim, a inclusão escolar vem se constituindo e se configurando no interior dessa rede que conecta diferentes saberes, discursos e instituições e que tem o intuito de governar a vida de uma população naquilo que ela produz em termos de fenômenos coletivos.

Saberes, discursos e instituições são colocados em operação para garantir a seguridade de todos, para gerenciar a vida na coletividade de modo que cada um possa governar a si mesmo, controlando suas ações na busca, cada vez mais desenfreada, da individualização. Assim, a governamentalidade (neo) liberal vem constituindo a sociedade contemporânea até o topo, nos fazendo crer na necessidade de cada um pensar sobre si e ajustar-se no mundo cada vez mais e melhor. A tarefa deste artigo, diante desse novo cenário, não é denunciá-lo ou então acabar com uma política pública já consolidada no País. A tarefa dos profissionais do campo educacional parece ser colocar sob suspeita os discursos que parecem benevolentes, fraternos, em busca da igualdade de todos. Talvez eles não sejam apenas isso, mas uma rede colocada em operação para gerenciar suas ações. Foi com essa intenção que esse texto foi escrito. Que sirva como uma pequena forma de resistência diante de discursos dados como necessários e torne o mundo mais justo para vivermos.

**REFERÊNCIAS**

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. 2. ed. Lisboa: Vega, 2000.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France: 1978-1979*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso no Collège de France: 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOPES, M. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Revista Educação & Realidade*, v.32, n.2, p.53-169, 2009.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T.T. *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.30-45.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.105-138.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p.179-217.

Recebido em 24/4/2010 e aceito para publicação em 15/6/2010.